



ACÓRDÃO Nº679/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11411/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Advogado:** Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM n.º 6.975 , Amanda Gouveia Moura - OAB/AM 7.222, Márcia Caroline Mileo Laredo - OAB/AM N. 8936 e Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM N. 10428
- 4- **Órgão:** Câmara Municipal de Ipixuna
- 5- **Exercício:** 2016
- 6- **Responsável:** Fabio Martins Saraiva (Ordenador de Despesa)
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2857/2018-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Ipixuna. Exercício de 2016.

Irregularidade. Alcance. Multa. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, em consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas anual da Câmara Municipal de Ipixuna, sob responsabilidade do Sr. Fabio Martins Saraiva, Presidente e Ordenador de Despesas, referente ao exercício 2016, nos termos do inciso I do art. 1º, das alíneas "b" e "c" do inciso III do art. 22 e do parágrafo único do art. 25, todos da Lei estadual nº 2.423/96, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais e de dano ao erário, conforme as irregularidades 5, 6, 10, 12, 17, 18 e 19 do Relatório da DICAMI nº 44/2018 (fls. 904-938).
- 10.2. **Considerar em Alcance** o Sr. Fabio Martins Saraiva no valor de **R\$ 143.865,85** que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Ipixuna, conforme discriminados:
 - **R\$ 140.336,00** (cento e quarenta mil, trezentos e trinta e seis reais) referente à ausência de documentos comprobatórios de retiradas em espécie (item 12 da notificação).
 - **R\$ 3.529,85** (três mil, quinhentos e vinte e nove reais e



ACÓRDÃO Nº679/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

oitenta e cinco centavos) referente às multas e juros de INSS (item 17 da notificação).

10.3. Aplicar Multa ao Sr. Fabio Martins Saraiva no valor de **R\$ 43.841,28**, nos termos do inciso VI do art. 308 da Resolução 4/2002 - RITCE/AM (à época descrito como artigo V no referido Regimento) em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais, conforme as irregularidades 5, 6, 10, 12, 17, 18 e 19 do Relatório da DICAMI nº 44/2018 (fls. 904-938), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**.

10.3.1. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.4. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno

10.4.1. o envio dos autos à Dicrex para que efetue os procedimentos previstos no art. 3º da Resolução 3/2011-TCE, observado o disposto no art. 5º da mesma Resolução;

10.4.2. remeter cópia do Relatório da DICAMI nº 44/2018 (fls. 904-938), do Parecer Ministerial Parecer nº 2857/2018-MPC-MP-FCVM (fls. 939-946), e da Proposta de Voto ao Ministério Público Estadual para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis, conforme previsto na alínea "b" do inciso III do art. 190 da Resolução nº 4/2002 (RITCE/AM);

10.5. Determinar à Origem, nos termos do art. 188, §2º do Regimento Interno/TCE-AM, que:

10.5.1. Implante o Controle Interno que possibilite a execução de Auditoria Prévia dos Atos Administrativos praticados em cada exercício, conforme estabelecem os artigos 31 e 74, da Carta Maior de 1988, c/c o artigo 45, da Lei nº 2423/96 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas).

10.5.2. Adeque e revise o pessoal contratado para que o Ente esteja dentro do limite constitucional.



ACÓRDÃO Nº679/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 10.5.3. Não atrase o envio das informações ao sistema E-Contas, bem como o seu adequado preenchimento, nos termos da Resolução nº 07/02-TCE, c/c Resolução nº 10/2012-TCE/AM.
- 10.5.4. Encaminhe no prazo estipulado os Relatórios de Gestão Fiscal e os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária, nos termos da alínea “h” do inciso II do art. 32 da Lei nº 2423/96 e do §1º da Resolução nº 11/2009 c/c §3º do art. 165 da CF/88.
- 10.5.5. Dê publicidade aos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) e Resumidos da Execução Orçamentária (RREO), dentro dos prazos estipulados pelo art. 52, c/c o §2º do art. 55, sob pena de multa por prática de infração administrativa (art. 5º da Lei 10.028/2000), quanto aos RGF.
- 10.5.6. Nas licitações e contratos, observe todas as regras estipuladas pela Lei federal nº 8.666/93, tais como as relacionadas ao: orçamento analítico (art. 6º, IX, “f” c/c art. 7º, § 2º, II da Lei federal nº 8666/93), projetos arquitetônicos (art. 6º, IX, “e” c/c art. 40, § 2º, I da Lei federal nº 8.666/93), diário de obra ou documento equivalente (art. 67, §1º da Lei federal nº 8.666/93), laudo de vistoria (art. 67, § 1º da Lei federal nº 8666/93), projeto básico aprovado pela autoridade competente (art. 6º, IX c/c art. 7º, § 2º, I, II, III, IV da Lei federal nº 8666/93), entre outras.
- 10.5.7. Cumpra os art. 48 e 48-A da Lei Complementar n.º 101/2000, alterada pela Lei Complementar 131/2009 c/c inciso II, art. 34 da Lei 2.423/96 que estabelece a obrigatoriedade de observância dos instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso.
- 10.5.8. Recolha imediatamente os devidos valores referentes às contribuições previdenciárias ao INSS.
- 10.5.9. Observe, por último, que a reincidência, nas próximas Prestações de Contas, das determinações ora veiculadas acarretará o julgamento da irregularidade da respectiva Conta, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do parágrafo 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM.



ACÓRDÃO Nº679/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

11- Ata: 35ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 9 de Outubro de 2018

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público: Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

ALIPIO REIS FIRMO FILHO

Auditor-Relator

EVANILDO SANTANA BRAGANÇA

Procurador-Geral, em substituição